

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



VISÕES DE LETRAMENTO DIGITAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INCLUSÃO E INSERÇÃO SOCIAL

Silvana Maria Gabaldo Xavier
Universidade de Sorocaba (Uniso)

Este trabalho apresenta uma análise das propostas dos projetos de extensão, da área de Tecnologia e Produção desenvolvidos na Universidade de Sorocaba. A ideia surgiu quando comecei a observar que as justificativas, objetivos e metodologias de cada projeto da área citada pareciam muito vagas e pouco objetivas e, assim, poderiam comprometer o sucesso e o resultado dos projetos. Assim, comecei a refletir sobre a possibilidade, que agora trago para essa pesquisa como hipótese, que as carências e necessidades do público-alvo desses projetos pareciam não ter sido devidamente apuradas pelos proponentes dos projetos, ou então, que o entendimento sobre o uso do computador não estivessem claros para os proponentes. Desenvolvi a pesquisa, onde procuro identificar as visões de letramento e inclusão social. Trago para discussão conceitos inclusão digital, social e letramentos. Foi possível verificar que a visões de letramento dos projetos realmente associava diretamente as habilidades no uso do computador com a inclusão social e que esta se confundia, em quase todos os casos, com a simples inserção no mundo do trabalho. Essas concepções além de simplificarem as questões sociais que envolvem as relações entre tecnologia, bem-estar social e trabalho, contrariam o próprio conceito de extensão e a missão da universidade.

Palavras-chave: Extensão. Comunidade. Inclusão Digital. Inclusão Social. Letramentos.

INTRODUÇÃO

O conceito de extensão universitária ao longo da sua história nas universidades brasileiras passou por várias definições como: cursos, serviços, assistencial, função social redentora da universidade, via de mão dupla, voluntarismo, entre outras.

Considerando a extensão uma via de mão dupla, haverá uma troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular no momento em que docentes e discentes traçam um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Na Universidade de Sorocaba a extensão universitária representa um número significativo e expressivo na comunidade local e regional. Por meio, principalmente, do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade de Sorocaba (Probex) que busca intensificar a prática da Extensão na Universidade, e com a participação ativa de alunos da graduação, contribuindo para sua formação e intensificando as relações entre a universidade e a comunidade.

A pesquisa será realizada dentro da área temática Tecnologia e Produção, definida pela Rede Nacional de Extensão – RENEX, seguindo a linha programática Inclusão Digital, buscando analisar as visões de letramento disponível nas propostas. E como os projetos

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



são desenvolvidos com a comunidade, será necessário, embora, brevemente, discorrermos sobre o conceito de comunidade, comunidade virtual, inclusão social e digital e letramento.

COMUNIDADE

Quando falamos em extensão universitária não podemos deixar de falar sobre a comunidade. O conceito faz referência à qualidade daquilo que é comum, pelo que permite definir distintos tipos de conjuntos: das pessoas que fazem parte de uma população, de uma região ou nação; das nações que se encontram unidas por acordos políticos e econômicos ou de pessoas vinculadas por interesses comuns.

Atualmente muito se fala do valor e da importância que tem a comunidade, o local e a família. Podemos chamar de glocalização (neologismo resultante das palavras “globalização” e “localização”) que nada mais é que a interação do global com o local.

O conceito de comunidade, no entanto, nunca foi uma unanimidade entre os estudiosos sobre o assunto. Weber (1987), baseia-se na orientação da ação social. A comunidade funda-se em qualquer tipo de ligação emocional, afetiva ou tradicional. Dessa forma a solidariedade e o trabalho em grupo sempre foram características históricas que marcam majoritariamente os grupos humanos e a ideia de comunidade parte desse princípio.

Hoje com o avanço das tecnologias, não há dúvida de que vivemos cada vez mais numa sociedade conectada pelas redes de computadores funcionando independente do outro e interconectados por cabos de rede. A rede permite o compartilhamento de softwares, informações, arquivos e demais serviços. Pois além de cada usuário ser o consumidor acaba que produzindo informação também.

Muito se fala hoje nas redes sociais, e pelo fato de não ter o acesso à rede, muitas pessoas se julgam excluídos. Existe uma grande preocupação em se ter uma conta de email, no facebook, twitter e outros, pois além de estar atualizado com as notícias dos famosos, ou mesmo anônimos, é fundamental fazer parte dessa comunidade virtual, pois assim não serão questionados, pelo qual ainda não possuem uma conta em umas das ferramentas da internet.

Conforme dispõe Gomes (2010), “As pessoas hoje escrevem, fotografam, filmam, compõem textos com imagens, áudio, vídeo e compartilham suas produções...”, dessa forma, cria-se uma grande rede e troca de informações.

INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL

Inclusão digital relaciona-se, antes de tudo, melhorar as condições de vida de uma determinada região ou comunidade com ajuda da tecnologia. A expressão nasceu do termo

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



“*digital divide*”, que em inglês significa algo como “divisória digital”. Hoje, a depender do contexto, é comum ler expressões similares como democratização da informação, universalização da tecnologia e outras variantes parecidas e politicamente corretas.

Demo (2007) diz que,

A expressão “*digital divide*” tornou-se signo de nossa época, que, marcada, mais que outras, pela inovação tecnológica, nega o acesso a muita gente, tornando seletivo o desfrute daquilo que seria lugar-comum desta sociedade. (DEMO, 2009, p. 05).

Podemos considerar que é o nome do processo de popularizar o acesso às Tecnologias da Informação, de forma a tornar acessível às classes sociais menos favorecidas. Também pode simplificar a rotina diária, maximizar o tempo e as suas potencialidades. Uma pessoa incluída digitalmente não é aquele que apenas utiliza essa nova linguagem, que é o mundo digital, para trocar e-mails, navegar na internet ou ficar conectado às redes sociais do momento, mas aquele que usufrui desse suporte para melhorar as suas condições de vida no cotidiano. Mas também, não podemos considerar que a exclusão digital é ficar de fora das tecnologias,

A exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material. (FANTIN e GIRARDELLO, 2009, p. 71).

Pereira (2007) prefere abordar o conceito de inclusão digital separadamente, ou seja, primeiro ele apresenta uma definição do que seria inclusão, depois do que seria digital, para finalmente definir inclusão digital. Assim,

“inclusão é um processo em que uma pessoa ou grupo de pessoas passa a participar dos usos e costumes de outro grupo, passando a ter os mesmos direitos e os mesmos deveres dos já participantes daquele grupo em que está se incluindo”. Ele exemplifica que a inclusão social, como forma de (re)integração de pessoas marginalizadas na sociedade, seria um dos vários tipos de inclusão. (PEREIRA, 2007, p. 15).

Para o autor, a palavra digital associa-se inerentemente a computadores,

Essa associação é racional e verdadeira porque os computadores, em sua essência, trabalham as informações em forma de dígitos (números). Por isso a palavra *digital* está quase sempre associada a computador e significa, num sentido mais vasto, um modo de processar, transferir ou guardar informações. (PEREIRA, 2007, p. 16).

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Com base nas definições citadas acima, podemos verificar que o conceito de inclusão digital é mais que ter acesso à informática, acesso a e-mails, redes sociais e etc.

É possível afirmar que para a inclusão digital acontecer, são necessários três instrumentos básicos como o computador, o acesso à rede e o domínio dessas ferramentas.

Nas palavras de Warschauer,

Se o acesso à tecnologia de informação e comunicação (TIC) é decisivo para a inclusão social na era da informática, o que o acarreta? Os dois modelos de acesso mais comuns a novas tecnologias são baseados em equipamentos e conectividade. A insuficiência desses dois modelos força-nos a considerar um terceiro modelo, com base no letramento. (WARSCHAUER, 2006, p. 55).

Desta forma a inclusão digital se dará por meio de práticas sociais usando o computador, que leve as pessoas de forma independente, a desenvolver as habilidades necessárias. Podemos observar que a escrita tem chegado às crianças cada vez mais cedo através de dispositivos eletrônicos incorporados às práticas sociais, desde a televisão, celulares, jogos entre outros. Já os adultos considerados iletrados usam a urna eletrônica, os cartões magnéticos e os caixas automáticos nos bancos, mesmo sem ter grande ou nenhuma habilidade com o computador.

Em termos, incluir digitalmente não é apenas alfabetizar a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais a partir do uso dos computadores.

A analogia errônea tende a irritar os especialistas e ajuda a propagar cenários fora da realidade da chamada inclusão digital, como podemos citar as comunidades ou escolas que recebem computadores e acesso à internet, mas nem sempre tem disponíveis profissionais capacitados para ensinar o uso das tecnologias, bem como para que e quando deve ser usada.

A inclusão digital, nesta sociedade do conhecimento, precisa que seja realmente capaz de levar as pessoas a utilizarem a tecnologia como um instrumento de transformação social, em busca de melhorias de suas vidas.

Assim, cabe a Universidade, dentro das atividades de extensão universitária que propõe estreitar os laços da academia com a comunidade, por meio de desenvolvimento de projetos que possam de fato incluir digitalmente os que estão classificados como excluídos.

LETRAMENTO

O conceito de letramento entrou no discurso escolar, por meio das pesquisas realizadas em diversas áreas como a educação, a didática, e linguística e outras, causando assim um desencontro de conceitos de alguns termos como a alfabetização.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Muito se fala em alfabetização, bem como em letramento, e frequentemente os termos são confundidos tanto no seu conceito como na sua prática, gerando um “problema de enfoque sobre o que significa aprender, ensinar e utilizar a escrita socialmente” (Buzato 2006). Pois o que difere um do outro é justamente a noção de prática social que a alfabetização e o letramento podem oferecer.

Por alfabetização, entendemos um processo em que se ensinam/aprendem as habilidades básicas que permitem às pessoas codificar e decodificar a escrita, relacionando-a, inicialmente, com a língua oral, mas aprendendo, aos poucos, a separar uma coisa da outra. A alfabetização, portanto pressupõe o ensino/aprendizagem de símbolos, códigos, regras e técnicas associadas à escrita e ao uso do suporte impresso, mas não garante o uso efetivo dessas regras, códigos e técnicas para diferentes finalidades sociais. Nesse sentido, ser alfabetizado é um passo para ser letrado, mas não garante o letramento. (BUZATO, 2006, p. 05).

O conceito de letramento delinea-se para além do processo de alfabetização, pois enquanto a alfabetização cuida da aquisição da escrita por um indivíduo, o “letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995, p. 20).

Soares (2004) afirma,

Letramento é palavra e conceitos recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamento e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 96).

Sobre o letramento, podemos dizer que não existe apenas um tipo de letramento e seu significado ou valor pode variar diante de cada contexto social.

A utilização de tecnologias pela sociedade, principalmente o computador e o acesso à internet, faz com que as pessoas busquem pelo desenvolvimento de habilidades para viver nesta sociedade da informação.

Na definição de Buzato o letramento digital é,

o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo". O letramento digital é mais que o conhecimento "técnico": uso de teclados, interfaces gráficas e programas de computador... Ele inclui ainda a habilidade para construir sentido a partir de textos multimodais, isto é, textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície. Inclui também a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informações disponibilizadas eletronicamente. E ainda a familiaridade com as "normas" que regem a

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



comunicação com outras pessoas através do computador, entre outras coisas (BUZATO, 2007, p. 85).

Quando pensamos em letramento digital, é possível associar ao termo o uso de multimídia, computador ou qualquer dispositivo que empregue a tecnologia digital. Mas o letramento digital vai além do uso da leitura e escrita que são realizadas no computador.

Embora façamos parte de uma sociedade democrática, temos consciência que as oportunidades não são iguais para todos os cidadãos. Pois não basta ter o acesso à tecnologia e sim que avance da mera utilização funcional para a interatividade.

O termo letramento é muito usado no plural, letramentos, pois os letramentos são práticas situadas e, portanto, há diferentes práticas.

Soares (2004) destaca que a grande importância dada ao letramento, provocou equívocos no ensino da língua escrita, refletindo problemas de leitura e escrita dos alunos, dessa forma, surgindo um quadro alarmante de analfabetismo.

Após a pesquisa dos os conceitos apresentados, será possível trazer a teoria para a prática dos projetos de extensão, e assim, será possível, pelo menos tentar, descobrir ou constatar algumas visões de letramento nos projetos de extensão voltados para o uso do computador, com base no conceito definido por Kleiman (1995).

PESQUISA DOCUMENTAL

Para analisar os textos selecionados a pesquisa foi feita com o objetivo de identificar e avaliar o trabalho extensionista da universidade na área de Tecnologia e produção, na linha programática inclusão digital, e também identificar as propostas de letramentos nos projetos de extensão de acordo com as necessidades das comunidades participantes.

Os projetos analisados foram: 1) **Projeto “A” Ciclo de palestras na área da Tecnologia da Informação** - foi desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, envolvendo cerca de 431 pessoas que participaram das palestras ministradas na Semana de Informática da Uniso, organizada pelos cursos de Ciência da Computação e Sistemas de Informação. 2) **Projeto “B” Multiletramentos** - foi desenvolvido no período de março a dezembro de 2009, tendo como beneficiados aproximadamente 50 (cinquenta) crianças e adolescentes, entre 10 e 15 anos, do sexo masculino, que residem em bairros da Uniso. 3) **Projeto “C” Universidade do Trabalhador** - foi realizado por meio de uma parceria com a Secretaria de Relações Humanas da Prefeitura Municipal de Sorocaba, no período de 2008 a 2009. Contou com a participação de 257 jovens e adultos, desempregados ou em busca do primeiro emprego. 4) **Projeto “D” Escola de Computação da Uniso** - foi realizado nos anos de 2008 e 2009, beneficiando 271 pessoas. 5) **Projeto “E” Informática para cooperados da Catares** - foi desenvolvido no período de novembro de 2010 a julho de



2011, tendo como público-alvo aproximadamente 15 cooperados e seus familiares, que acabou totalizando 40 pessoas. 6) **Projeto “F” Asas** - foi desenvolvido no ano de 2008, os principais beneficiados foram 104 crianças, com idade entre 6 e 12 anos, que faziam tratamento no Hospital do Câncer Infantil Sarina Rolim Caracante. 7) **Projeto “G” Vozes que Ecoam** - foi desenvolvido no ano 2008, contou com a participação de 300 pessoas, com idade de 14 a 29 anos, que frequentavam as unidades do Sabe Tudo mantidas pela Prefeitura Municipal de Sorocaba. 8) **Projeto “H” Fundação C.A.S.A** - foi desenvolvido no período de 2008 a 2012, contou com a participação de 290 adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, que cumprem medida socioeducativa, na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – C.A.S.A. na unidade da cidade de Sorocaba. 9) **Projeto “I” Desenvolvimento de Projetos** - foi desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, tendo beneficiado um total de 300 pessoas.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Para realizar a análise dos textos que foram selecionados as justificativas, os objetivos e a metodologia descrita em cada projeto, com base na teoria abordada, duas questões de pesquisa foram destacadas: **como identificar e avaliar o trabalho extensionista da universidade na área de Tecnologia e produção, na linha programática inclusão digital?** afirmando que as propostas de projetos de extensão universitária classificadas na área de Tecnologia e Produção, talvez, por falta de conhecimento mais preciso dos conceitos, tais como extensão universitária, que conceitualmente já foi definida como cursos, serviços, assistencialismo ou via de mão-dupla, mas que ainda não é unanimemente compreendida ou interpretada pelas instituições de ensino superior. Também os conceitos de letramento digital, inclusão digital, inclusão social parecem não terem sido devidamente compreendidos pelos professores proponentes dos projetos de extensão aqui analisados. Veja-se, por exemplo, o que se depreendeu de minha análise: letramento digital (**Projetos “C”, “E”, “G” e “H”**) como simples desenvolvimento de alguma habilidade técnica, de uso computador, inclusão digital como algo diretamente recorrente do desenvolvimento (ainda que parcial e muito restrito) dessas habilidades e a ideia de inclusão social como algo também decorrente dessas habilidades informáticas, que pouco se referem aos usos sociais da escrita em vários setores da vida social e pessoal, ou seja, que sozinhas quase nada podem auxiliar na inclusão social e muito menos na transformação social. É possível mesmo dizer que a falta de Políticas Públicas apropriadas para dar conta da demanda de ações que buscam a inclusão digital é que são falhas ou incompletas. A universidade não pode sozinha, por meio de projetos de extensão, promover



a inclusão digital e social, uma vez que estas são parte de um problema social muito maior, que extrapola o âmbito universitário.

Se de um lado, falamos que as propostas são de projetos de extensão universitária e que o conceito de extensão, conforme já especificado, principalmente no capítulo 2, é considerada a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, de forma que a universidade detentora do chamado saber acadêmico vai ao encontro do saber popular disponível na comunidade, de outro lado, temos nove propostas, no caso dos **Projetos “A”, “D” e “I”** que pressupõem uma única ação, ou seja, apenas a instituição disponibilizará um meio para que o público-alvo, não especificado, seja beneficiado. Desta forma, não é possível identificar nenhuma troca de saberes. De fato, pode-se dizer que a instituição pouco ou quase nada aprendeu com as comunidades envolvidas, ao menos em termos de suas lutas por melhores condições de vida, especialmente aquelas ligadas ao uso do computador.

Não quero nesse momento procurar um culpado ou responsável por tal desencontro, entre a teoria e a prática executada. Muito pelo contrário, no decorrer de 5 anos, os conceitos de letramento digital, inclusão digital e inclusão social continuam sendo discutidos, ampliados e revistos. Acredito, porém, que meu trabalho pode dar uma contribuição a essas discussões dentro da Universidade de Sorocaba.

Partindo das colocações acima é possível questionar se as propostas analisadas foram protocoladas de forma correta na área de Tecnologia e Produção, na linha programática Inclusão Digital, visto que as fronteiras entre as áreas como Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde e Trabalho, definidas pela Rede Nacional de Extensão, nem sempre é muito clara.

Em relação à segunda questão: **como identificar as propostas de letramentos nos projetos de extensão de acordo com as necessidades das comunidades participantes?** foi possível verificar que as propostas dos projetos de extensão foram elaboradas e desenvolvidas por docentes da universidade, e não apresentaram indícios de que inicialmente uma pesquisa de campo por parte deles tivesse sido feita e pudesse então, fundamentar e justificar a elaboração do projeto, pelo contrário, no geral os projetos apontavam a preocupação com a profissionalização dos beneficiados, mas não levaram em consideração, a bagagem que cada participante pudesse ter e que cada proposta poderia fazer para acrescentar, somar e torna-lo diferente à outro concorrente no caso da busca pela colocação no mercado de trabalho.

Talvez, hoje, com o amadurecimento das teorias e pesquisas e do próprio teórico e prático da extensão universitária no país, seja possível retomar as áreas de extensão da Universidade de Sorocaba para discussões e, quem sabe, algumas reformulações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a identificar as visões de letramento, inclusão digital e inclusão social, subjacentes aos projetos de extensão apresentados à Universidade de Sorocaba, na área de Tecnologia e produção, na linha programática “Inclusão Digital”.

Comecei o trabalho tendo como hipótese que as carências do público-alvo dos projetos desenvolvidos não haviam sido devidamente apuradas pelos proponentes dos projetos e que os conceitos de letramento digital, inclusão digital e inclusão social, talvez, não estivessem suficientemente claros para os professores proponentes dos projetos.

Para verificar essa hipótese, foi realizada uma análise discursiva das nove propostas de projetos de extensão universitária no período de 2008 a 2012 na Universidade de Sorocaba. Os dados foram organizados em quadros, de acordo com a justificativa, o objetivo e a metodologia de cada projeto.

As análises me levaram a confirmar a hipótese inicial, isto é, os projetos não haviam sido elaborados conforme as necessidades dos beneficiados. Estes foram desenvolvidos de forma verticalizada, não havendo troca entre a instituição e a comunidades envolvidas.

O conceito de extensão universitária visto sempre como uma via de mão-dupla ou uma troca de saberes entre a universidade e comunidade, não foi devidamente exercitado, uma vez que não houve a troca de saberes; a Universidade pouco ou quase nada aprendeu sobre as necessidades das comunidades envolvidas nos projetos, especialmente no tocante à função social da escrita nesses locais e seu potencial transformador de realidades.

De fato, nos projetos, chamou-se de comunidade simplesmente o grupo de participantes dos projetos.

O conceito de letramento digital também não se mostrou claro, na maioria dos projetos, com exceção do **Projeto “B”** (Projeto Multiletramentos), porque confundiu em todos os outros casos a aquisição das habilidades de uso do computador com os usos sociais da escrita no meio digital.

Do mesmo modo, a ideia de inclusão digital, com exceção do **Projeto “B”**, também foi confundida como o simples acesso ao computador conectado em detrimento que questões mais profundas, como a participação efetiva e ativa na cultura letrada digital.

Finalmente, o conceito de inclusão social não passou de uma visão de enquadramento no mercado de trabalho, quando, conforme vimos aqui, a inclusão social implica a participação do sujeito em todas as esferas da vida social, profissional, etc.

Diante do que foi possível entender e analisar, acredito que esta pesquisa pode contribuir para o amadurecimento dos conceitos aqui estudados, especialmente no campo



da prática extensionista. Talvez, seja possível, (se não, necessário) retomar as discussões sobre as áreas de extensão da Uniso e, quem sabe, algumas reformulações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. Letramento digital e hipertexto: contribuições à educação. In: SCHLUNZEN JUNIOR, K. **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 171-192.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado, 1996.
- BUZATO, M. E. K. Letramentos digitais e formação de professores. São Paulo: CENPEC, 2006. p. 81-86.
- BUZATO, M. E. K. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. Campinas: Instituto de Estudo da Linguagem - IEL, 2007.
- CELLARD, A. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In: POUPART, J. E. A. **A análise documental**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DEMO, P. Marginalização digital: digital divide. **B. Tec. Senac: a R. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 35, n.2, p. 05-19, mai/ago 2009.
- FANTIN, M.; GIRARDELLO, G. Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, p. 69-96, Janeiro/junho 2009.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOMES, L. F. **Hipertexto no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.
- KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- MOREIRA, I. D. C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, Abr./Set. 2006.
- PEREIRA, J. T. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. In: COSCARELLI, C. V.; RIBEIROS, A. E. **Educação e Sociedade da Informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 13-24.
- ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.
- SOARES, M. B. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. **Patio**, p. 96-100, 2004.
- SOUSA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. Campinas: Alínea, 2000.
- TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.
- WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Senac, 2006.
- WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.